

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas. Parecer do Comitê de Auditoria e dos Relatórios dos Auditores Independentes. Em 2018, a Seguradora atingiu prêmios ganhos de R\$ 527 milhões, com resultado antes dos impostos de R\$ 47 milhões, aumento de 16% quando comparado ao exercício anterior, o lucro líquido anual atingiu R\$ 24 milhões, 5% maior que o ano anterior, os ativos totais foram de R\$ 837 milhões, assim a Seguradora atingiu a lucratividade esperada para o exercício o que demonstra o alinhamento da estratégia e a consistência dos resultados alcançados. As expectativas para 2019 são positivas, com manutenção das vendas e da rentabilidade, proporcionadas pelo fortalecimento de nossas parcerias de distribuição de seguros. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela

BALANÇO PATRIMONIAL

	2018	2017
ATIVO		
Circulante	Nota 496.283	491.069
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.363	1.515
Caixa e bancos	1.363	1.515
Aplicações Financeiras	5 195.186	187.973
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	98.700	109.914
Prêmios a receber	6 66.831	87.471
Operações com seguradoras	17.694	10.715
Outros créditos operacionais	14.175	11.728
Ativos de Resseguro e Retrocessão	745	-
Títulos e Créditos a Receber	22.257	21.934
Títulos e créditos a receber	1.600	2.258
Créditos tributários e previdenciários	7 16.608	15.356
Outros créditos	4.049	4.320
Despesas Antecipadas	399	297
Administrativas	399	297
Custos de Aquisição Diferidos	8 177.633	169.436
Seguros	177.633	169.436
Ativo não Circulante	340.218	353.031
Realizável a Longo Prazo	265.744	268.472
Aplicações Financeiras	5 209.352	200.695
Custos de Aquisição Diferidos	8 56.392	67.777
Seguros	56.392	67.777
Imobilizado	9 1.179	739
Bens móveis	1.179	739
Intangível	10 73.295	83.820
Outros intangíveis	73.295	83.820

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2018	2017
Total do Ativo	836.501	844.100

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2018	2017
PASSIVO		
Circulante	Nota 517.899	504.896
Contas a Pagar	35.831	34.060
Obrigações a pagar	11 21.819	24.362
Impostos e encargos sociais a recolher	9.012	6.049
Encargos trabalhistas	1.758	1.391
Impostos e contribuições	3.242	2.258
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	12 56.976	62.963
Prêmios a restituir	1.010	2.369
Operações com seguradoras	18.803	18.769
Operações com resseguradoras	352	325
Corretores de seguros e resseguros	6.392	5.024
Outros débitos operacionais	30.410	30.176
Depósitos de Terceiros	13 2.094	2.773
Depósitos de terceiros	2.094	2.773
Provisões Técnicas - Seguros	14 422.998	405.100
Danos	422.998	405.100
Provisão de prêmios não ganhos	307.647	288.461
Provisão de sinistros a liquidar	27.956	37.483
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	82.490	74.806
Provisão de despesas relacionadas	4.539	3.902
Provisão de despesas administrativas - DPVAT	366	448
Passivo não Circulante	98.044	120.966
Exigível a Longo Prazo	98.044	120.966
Contas a Pagar	2.811	3.226
Tributos diferidos	2.811	3.226
Provisões Técnicas - Seguros	14 87.548	104.120
Danos	87.548	104.120
Provisão de prêmios não ganhos	87.548	104.120
Outros Débitos	7.685	13.620
Provisões judiciais	20 7.685	13.620
Patrimônio Líquido	15 220.558	218.238
Capital social - estrangeiro	194.906	194.906
Reserva de lucros	21.436	19.418
Ajuste com títulos e valores mobiliários	3.916	3.916
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	836.501	844.100

(Em milhares de reais)

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

Administração
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Operações de seguros			
Prêmios emitidos líquidos	17.a	529.434	578.960
Variação das provisões técnicas	17.a	(2.706)	(25.134)
Prêmios Ganhos	526.728	553.826	
Sinistros ocorridos	17.a	(127.181)	(159.906)
Custo de aquisição	17.a	(273.756)	(277.504)
Outras receitas e despesas operacionais	17.c	(11.153)	(9.261)
Resultado com resseguro		(42)	(546)
Despesas administrativas	17.d	(65.143)	(71.900)
Despesas com tributos	17.e	(22.256)	(23.026)
Resultado financeiro	17.f	24.722	29.842
Resultado Operacional	51.419	41.525	
Ganhos / (Perdas) com ativos não correntes	17.g	(2.473)	67
Resultado antes dos Impostos e Participações	48.946	41.592	
Imposto de renda	18	(11.599)	(9.776)
Contribuição social	18	(11.597)	(7.915)
Participações sobre o resultado		(2.036)	(1.264)
Lucro Líquido do Exercício	23.714	22.637	
Quantidade de ações de caixa no início do exercício		194.906,023	194.906,023
Lucro líquido por ação (Realis) *		0,12	0,12
* O lucro líquido e o lucro líquido por ação têm o mesmo valor devido a todas as ações serem ordinárias.			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	23.714	22.637
Ativos financeiros disponíveis para a venda		302
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(91)
Efeito tributário		393
Total do Resultado Abrangente	24.016	24.793

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	23.714	22.637
Ajustes para		
Depreciação e amortização	10.781	8.679
Perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	5.480	322
Créditos tributários e previdenciários	22.215	17.851
Impostos e contribuições	984	(173)
Variação nas Contas Patrimoniais		
Ativos financeiros	(15.568)	(38.301)
Créditos das operações com seguros	(28.766)	36.196
Ativos de resseguro	(745)	-
Despesas antecipadas	(102)	(297)
Outros ativos	929	219
Custos de aquisição diferidos	3.188	(790)
Fornecedores e outras contas a pagar	116	1.218
Débitos de operações com seguros e resseguros	28.513	(53.998)
Depósitos de terceiros	(679)	(1.592)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.326	47.027
Provisões judiciais	(5.935)	1.888
Ativos passivos sobre o lucro	(2.077)	(18.898)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	21.984	22.018
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(1.124)	(363)
Aquisição de intangível	(84)	(1.492)
Alienação de imobilizado/intangível	512	241
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimentos	(696)	(1.614)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(21.440)	(21.440)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	(21.440)	(21.440)
Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(152)	(1.036)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.515	2.551
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.363	1.515

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, do Grupo BNP Paribas Cardif. Constituída em 25 de maio de 2006, conforme assembleia geral de seus acionistas, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar nos seguros de danos, e pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 400 de 16 de agosto de 2006. A Seguradora tem por objeto social a realização de todas as operações de seguros de danos, como definidos pela legislação vigente. Está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar na Cidade de São Paulo/SP. Foi assinado contrato com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., empresa do Grupo BNP Paribas Cardif, no qual esta se compromete a compartilhar os custos relacionados à gestão operacional e administrativa das operações da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.. Os custos das operações são ressarcidos à Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. conforme acordo. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26/02/2019.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas segundo critérios estabelecidos pelo Comitê de Contabilidade da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As bases de estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, definem critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) e da parcela da Provisão de Prêmios Não Ganhos relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), a serem adotados pelas seguradoras que não possuem base de dados suficientes para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.11.1. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor na data da transação. Ganhos ou perdas em liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do período. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado, são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são negociados à vista, sendo estes valores mensurados ao custo de aquisição. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando o prazo de vencimento dos prêmios exceder o prazo de seis meses, a Administração os reconhece pelo valor justo. **2.5 Aplicações financeiras disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (**impairment**), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "resultado financeiro". **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** **a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Seguradora avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia no final de cada exercício de apresentação de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.4.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5 Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos federais (LFTs, LTNs, NTN-F e NTN-FI) e títulos privados (LFs e debêntures) está classificado na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos e os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) estão classificados como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores mensurados ao custo de aquisição. **2.6 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são constituídas por contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros que são reconhecidos no resultado considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. A despesa antecipada é contabilizada e amortizada ao resultado levando em consideração benefícios econômicos esperados. **2.7 Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **2.8 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos despendidos nas seguintes destinações: • Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos relacionados ao projeto. • Softwares adquiridos, que estão sendo amortizados levando em conta o tempo de utilização dos ativos. A Seguradora realiza teste de **impairment** anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **2.9 Custos de Aquisição Diferidos (DAC):** Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguros de riscos a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. A DAC é considerada no teste de adequação dos passivos de seguros, em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11. **2.10 Contratos de seguro:** A Seguradora classifica todos os seus contratos emitidos como contratos de seguros, uma vez que estes são transferidos para o risco de terceiros. Os contratos de seguro são classificados como "risco significativo de seguro" a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados, devido à ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. **Prêmios de seguro:** Os prêmios de seguro, assim como os seus respectivos custos de aquisição são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices ou certificados, e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com o período decorrido de vigência das apólices e faturas. A Administração utiliza como prática, estimativas atuariais de prêmios e comissões relativos a riscos

assumidos e não emitidos, visando alocar tais valores no mês a que se referem os riscos assumidos. **2.11 Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguro:** **2.11.1 Passivos de contratos de seguro:** **a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** É constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecendo os seguintes critérios. O cálculo considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice/certificado ou endossos representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados e considera: (i) o período entre a emissão e o início de vigência do risco, o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; e (ii) após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco. **b) Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE):** É constituída quando as apólices/certificados de seguro não tiveram suas emissões realizadas no mesmo mês em que iniciaram suas vigências, mas em meses posteriores. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento das emissões, denominados de triângulos de *run-off*. **c) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido, obedecendo os seguintes critérios: (i) a provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado; (ii) a provisão deve contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do curso até a sua liquidação final; e (iii) a expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atual e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. **d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade retida pela sociedade Seguradora. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off*. **e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** É constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações e abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de percentuais definidos na nota técnica, quando não houver dados históricos suficientes para se utilizar triângulos de *run-off*. **f) Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** Deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação de passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. De acordo com o teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não houve a necessidade de constituição dessa provisão. **2.11.2 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguro a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Em 31 de dezembro de 2018, realizou-se o teste de adequação dos passivos utilizando-se de premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço, brutos de resseguro, conforme instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. A análise é utilizada para demonstrar que caso o valor contábil dos passivos de seguro (deduzido-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e ativos intangíveis de seguro) fosse inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação dos passivos, os contratos de seguro foram agrupados, de acordo com a legislação vigente, em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. Foram consideradas as provisões, despesas (diretas e indiretas) ligadas à operação e as despesas de comercialização diferidas. A sinistralidade considerada foi baseada nos sinistros ocorridos e prêmio ganho dos últimos 18 meses. Para obtenção do valor presente dos fluxos, foi utilizada a Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETT) para a Curva de Cupom de IGP.M. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o teste demonstrou não ser necessária à constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). **2.12 Benefícios a empregados:** A Seguradora possui benefícios de curto prazo, sem as características de obrigações pós-emprego. A Seguradora patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, em um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), totalizando no período R\$ 641 (R\$ 491 em 31 de dezembro de 2017). O compromisso da Seguradora limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento. **2.13 Provisões judiciais:** São constituídas provisões contingenciais para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Seguradora, independentemente da existência ou não de sinistro aberto. Os critérios para constituição das provisões judiciais são definidos pelo departamento jurídico, através do procedimento para constituição de provisão das ações judiciais. **2.14 Reconhecimento de ativos e passivos:** Os ativos circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas, quando aplicável. Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.15 Capital social:** O capital social da Seguradora está constituído por 194.906,023 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2.16 Reserva legal:** A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. **2.17 Dividendos:** Conforme determinado pelo estatuto da Seguradora, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ao final de cada exercício social, após absorção dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houverem, e ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Valores acima do mínimo obrigatório somente são reconhecidos no passivo da Seguradora após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. **2.18 Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda sobre o lucro é constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro fiscal que exceder R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 2%. A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018

(1) Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de +10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima. **Limitações da análise de sensibilidade:** Os dados acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração da Seguradora de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Sensibilidade das estimativas:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para premissas alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa. **Concentração de riscos:** O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam principalmente o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outras, incêndios em grande escala e terremotos. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2018						
Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total
Extensão de garantias	59.482	23.287	24.689	3.432	13.587	124.477
Compreensivo residencial	3.462	1.278	1.328	184	741	6.993
Riscos diversos	131.369	49.379	51.306	7.172	29.259	268.485
Fiança locatícia	8.221	2.862	3.044	440	1.640	16.207
Fiança locatícia	9.243	4.355	2.020	383	1.553	17.554
Microseguros de danos	55.417	6.457	6.015	727	4.200	72.816
DPVAT	10.641	4.427	4.342	1.304	2.188	22.902
Total	277.835	92.045	92.744	13.642	53.168	529.434

Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2017						
Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-oeste	Total
Extensão de garantias	75.337	25.321	24.166	3.161	12.596	140.581
Compreensivo residencial	5.121	1.679	1.608	217	825	9.450
Riscos diversos	146.013	48.604	46.100	6.008	24.101	270.826
Automóvel	26.994	9.950	9.340	1.253	4.890	52.427
Fiança locatícia	16.494	5.816	5.566	709	2.845	31.430
Microseguros de danos	38.742	3.172	2.859	391	1.595	46.759
DPVAT	12.941	5.406	4.986	1.587	2.567	27.487
Total	321.642	99.948	94.625	13.326	49.419	578.960

b) Risco de crédito: Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado à operação de seguros da Seguradora está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento pelo seguro. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por **rating** de crédito divulgados por agências renomadas de **rating (Standard & Poors, Fitch Ratings Brasil e Moody's)**. Os ativos classificados na categoria "sem **rating**" compreendem, substancialmente, a valores relativos a investimentos em quotas de fundos e prêmios a receber.

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2018

	AAA	AA+	AA	AA-	A+	F1+	Sem rating	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	1.363	1.363
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	134.166	134.166
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-	13.239	-	13.239
Títulos de renda fixa privados	13.278	6.343	2.197	2.949	-	-	-	24.767
Títulos de renda fixa públicos	-	-	-	237.750	-	-	-	237.750
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	66.831	66.831
Exposição máxima ao risco de crédito	13.278	6.343	2.197	240.699	-	13.206	197.009	472.732

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2017

	AAA	AA+	AA	AA-	A+	F1+	Sem rating	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-	1.515	1.515
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	-	134.166	134.166
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	-	13.239	-	13.239
Títulos de renda fixa privados	17.551	1.973	-	8.345	2.755	-	-	30.624
Títulos de renda fixa públicos	-	-	-	210.639	-	-	-	210.639
Prêmios a receber de seguros	-	-	-	-	-	-	87.471	87.471
Exposição máxima ao risco de crédito	17.551	1.973	-	218.984	2.755	13.239	223.152	477.654

c) Risco de liquidez: Está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de **stress**. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos (Assets and Liabilities Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2018									
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total	
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado									
Quotas de fundos de investimentos abertos	128.815	-	-	-	-	-	-	128.815	
Certificados de depósitos bancários	5.090	8.116	-	-	-	-	-	13.206	
Ativos financeiros disponíveis para a venda									
Títulos de renda fixa privados	9.891	1.988	7.652	4.003	1.233	-	-	24.767	
Títulos de renda fixa públicos	23.845	9.789	-	-	65.800	138.316	-	237.750	
Créditos das operações com seguros e resseguros									
Prêmios a receber de seguros	66.831	-	-	-	-	-	-	66.831	
Operações com seguradoras	17.694	-	-	-	-	-	-	17.694	
Caixa e equivalentes de caixa	1.363	-	-	-	-	-	-	1.363	
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	234.025	234.025	
Total dos ativos financeiros	243.638	27.796	1.988	7.652	69.803	139.549	234.025	724.451	
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	510.546	510.546	
Passivos financeiros									
Obrigações a pagar	21.819	-	-	-	-	-	-	21.819	
Impostos, contribuições e encargos sociais	12.254	-	-	-	-	-	-	12.254	
Débitos de operações com seguros e resseguros	56.976	-	-	-	-	-	-	56.976	
Encargos trabalhistas	1.758	-	-	-	-	-	-	1.758	
Depósitos de terceiros	2.094	-	-	-	-	-	-	2.094	
Total dos passivos financeiros	94.901	-	-	-	-	-	510.546	605.447	

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2017									
	0-3 meses	4-6 meses	7-9 meses	10-12 meses	13-24 meses	Acima de 24 meses	Sem vencimento determinado	Total	
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado									
Quotas de fundos de investimentos abertos	134.166	-	-	-	-	-	-	134.166	
Certificados de depósitos bancários	5.109	8.130	-	-	-	-	-	13.239	
Ativos financeiros disponíveis para a venda									
Títulos de renda fixa privados	-	295	3.019	2.755	20.730	3.825	-	30.624	
Títulos de renda fixa públicos	9.280	-	25.219	-	48.712	127.428	-	210.639	
Créditos das operações com seguros e resseguros									
Prêmios a receber de seguros	87.471	-	-	-	-	-	-	87.471	
Operações com seguradoras	10.715	-	-	-	-	-	-	10.715	
Caixa e equivalentes de caixa	1.515	-	-	-	-	-	-	1.515	
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	-	237.213	237.213	
Total dos ativos financeiros	248.256	8.425	28.238	2.755	69.442	131.253	237.213	725.582	
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	-	509.220	509.220	
Passivos financeiros									
Obrigações a pagar	24.362	-	-	-	-	-	-	24.362	
Impostos, contribuições e encargos sociais	8.307	-	-	-	-	-	-	8.307	
Débitos de operações com seguros e resseguros	62.963	-	-	-	-	-	-	62.963	
Encargos trabalhistas	1.391	-	-	-	-	-	-	1.391	
Depósitos de terceiros	2.773	-	-	-	-	-	-	2.773	
Total dos passivos financeiros	99.796	-	-	-	-	-	509.220	609.016	

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora. **d) Risco de mercado:** A exposição à ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco. **e) Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. **f) Gestão do capital: Gerenciamento de capital:** O gerenciamento de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores). Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 16, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. **5. Aplicações financeiras:** Estão representadas por títulos públicos e privados de renda fixa, avaliados ao valor de mercado na data do balanço:

	1 a 30 dias ou sem ven-	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	% Ca- tegoria	Valor de refe- rência (I) a mercado	Ajuste da avaliação
Títulos para negociação (ii)	128.815	13.206	-	-	142.021	35%	142.021	-
Quotas de fundos de investimentos abertos	128.815	-	-	-	128.815	-	128.815	-
Certificados de depósitos bancários	13.206	-	-	-	13.206	-	13.206	-
Títulos disponíveis para venda	8.698	34.827	9.640	209.352	262.517	65%	255.493	7.024
Títulos de renda fixa privados	-	9.891	9.640	5.236	24.767	-	24.729	38
Títulos de renda fixa públicos	8.698	24.936	-	204.116	237.750	-	230.764	6.986
Total em 31 de dezembro de 2018	137.513	48.033	9.640	209.352	404.538	100%	397.514	7.024
Total em 31 de dezembro de 2017	141.264	15.716	30.993	200.695	388.668	100%	381.553	7.115

(i) Representa o valor do custo atualizado para os títulos e valores mobiliários. (ii) Os títulos para negociação são classificados no ativo circulante independentemente do prazo de vencimento. Movimentação em 31 de dezembro de 2018:

	Saldo em 31/12/2017	Aplicações 31/12/2018	Renta- bilidade	MTM	Resgates 31/12/2018	Saldo em 31/12/2018
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	134.166	129.958	8.496	-	(143.805)	128.815
Certificados de depósitos bancários (a)	13.239	26.000	856	-	(26.889)	13.206
Títulos de renda fixa privados (c)	30.624	1.200	1.953	(66)	(8.944)	24.767
Títulos de renda fixa públicos (b)	210.639	154.521	20.098	(25)	(147.483)	237.750
Total	388.668	311.679	31.403	(91)	(327.121)	404.538

Movimentação em 31 de dezembro de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Aplicações 31/12/2017	Renta- bilidade	MTM	Resgates 31/12/2017	Saldo em 31/12/2017
Quotas de fundos de investimentos abertos (a)	127.334	168.620	12.226	-	(174.014)	134.166
Certificados de depósitos bancários (a)	13.442	26.000	1.333	-	(27.536)	13.239
Títulos de renda fixa privados (c)	23.797	8.300	2.681	58	(4.212)	30.624
Títulos de renda fixa públicos (b)	183.638	164.809	21.166	3.862	(162.836)	210.639

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais)

18. Provisão para imposto de renda e contribuição social: Conciliação entre as alíquotas nominais em 31 de dezembro de:

	Imposto de renda 2018	2017	Contribuição social 2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após as participações aos empregados)	46.910	40.328	46.910	40.328
Adições				
Ajustes permanentes	6.413	4.843	6.372	4.149
Ajustes temporários	49.137	21.704	49.137	21.704
Exclusões				
Ajustes permanentes	(5.460)	(4.900)	(5.460)	(4.900)
Ajustes temporários	(42.033)	(19.350)	(42.033)	(19.350)
Base de cálculo	54.967	42.625	54.926	41.931
Alíquotas (15% IR e 20% CS)	(8.245)	(6.394)	(10.985)	(8.386)
Dedução PAT (4%)	276	245	-	-
Dedução licença maternidade	58	15	-	-
Dedução licença paternidade	9	8	-	-
Adicional 10% IR (acima de R\$ 240)	(5.473)	(4.239)	-	-
Imposto corrente do exercício	(13.375)	(10.365)	(10.985)	(8.386)

Impostos diferidos
Diferenças temporárias (líquidas)

	1.776	589	(612)	(*)	471
Despesa de IR e CS no resultado	(11.599)	(9.776)	(11.597)	(7.915)	

(*) Em 2018 os ativos diferidos relacionados a Contribuição Social tiveram a alíquota ajustada de 20% para 15% tanto para a base do exercício como para o saldo relacionado aos períodos anteriores, considerando-se o final da vigência da alíquota de 20% em 31 de dezembro de 2018 conforme a Lei nº 13.169/15 - artigo 1º, a adequação em questão impactou o resultado corrente.

19. Partes relacionadas: a) Transações com partes relacionadas

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Cardif Ltda. (iii)	20	15
Luizaseg S.A. (iii)	-	225
Total	20	240
Passivo	31/12/2018	31/12/2017
Cardif do Brasil Vida e Previdência S. A. (i)	43	250
Cardif Ltda. (ii e iv)	1.283	1.202
G.I.E. BNP Paribas Assurance - França (v)	249	601
BNP Paribas Cardif - Chile (v)	774	729
Total	2.349	2.782
Receita	2018	2017
Luizaseg S.A. (iii)	2.892	2.570
Total	2.892	2.570

Despesa

Cardif do Brasil Vida e Previdência S. A. (i)	(562)	(1.070)
Cardif Ltda. (ii, iii e iv)	(4.250)	(4.151)
G.I.E. BNP Paribas Assurance - França (v)	(955)	(1.104)
BNP Paribas Cardif - Chile (v)	(1.855)	(1.897)
Total	(7.622)	(8.222)

(i) As transações com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. compreendem ressarcimentos de custos administrativos e operacionais (Nota 1); (ii) Foi assinado contrato com a Cardif Ltda., no qual a Seguradora se compromete a compartilhar a infraestrutura operacional e administrativa, ressarcimento de custos, de desenvolvimento de software operacional; (iii) As transações com partes relacionadas compreendem prestação de serviços, ressarcimentos de custos administrativos e operacionais; (iv) As transações de partes relacionadas a Cardif Ltda. referem-se a prestação de serviços de telemarketing; (v) As transações de partes relacionadas a BNP Paribas Assurance - França e BNP Paribas Cardif - Chile, referem-se a prestação de serviços administrativos e operacionais com a Matriz e a Regional. **b) Remuneração do pessoal chave da Administração:** A remuneração do pessoal chave da Administração, que compreende todos os colaboradores com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de março de 2018, sendo composta exclusivamente por benefícios de curto prazo, no montante de R\$ 5.295 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.613 em 31 de dezembro de 2017). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. **20. Provisões judiciais: Provisão de sinistros a liquidar - judicial:** Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora responde por 3.824 (4.596 em 31 de dezembro de 2017) ações judiciais movidas por segurados em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. A Seguradora registrou uma provisão de R\$ 4.825 (R\$ 3.979 em 31 de dezembro de 2017), classificada na rubrica "provisão de sinistros a liquidar". Para garantia da liquidação das ações, em certas oportunidades é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente. O saldo de provisões judiciais de sinistros a liquidar do convênio DPVAT é de R\$ 7.716 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 8.637 em 31 de dezembro de 2017) classificados em sua totalidade como "provável" em 31 de dezembro de 2018 e de R\$ 7.716 (R\$ 8.637 em 31 de dezembro de 2017), que corresponde à quantidade de 3.443 ações (3.663 ações em 31 de dezembro de 2017). O montante de sinistros classificados como "possíveis" em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.756 (R\$ 3.942 em 31 de dezembro de 2017). A provisão foi baseada em metodologia interna fundamentada no histórico de perdas da Seguradora, e na estrutura de controles internos que possibilita a análise individual dos processos efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com vistas a cobrir eventuais pagamentos que sejam devidos em função da resolução final dos processos judiciais. A Administração da Seguradora entende que a provisão constituída é suficiente para atender eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais. **Cíveis não relacionadas a sinistros:** As ações cíveis referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Seguradora. **Trabalhistas:** As reclamações trabalhistas foram propostas por ex-funcionários da Seguradora que pleiteiam o recebimento de indenizações. Periodicamente a assessoria jurídica interna e externa avalia os valores e a probabilidade de perda das causas. Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora registrou uma provisão de R\$ 158 na rubrica "provisões trabalhistas" (R\$ 153 em 31 de dezembro de 2017). **a) Evolução das provisões judiciais:** Demonstros abaixo a tabela de evolução das provisões judiciais registradas pela Seguradora:

	Provisões cíveis		Provisões trabalhistas		Provisão de sinistros a liquidar	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do início do exercício	13.467	11.592	153	140	3.979	1.923
(+) Constituições no exercício	3.673	7.659	4	6	3.436	2.992
(-) Pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	(5.863)	(2.482)	-	-	(4.003)	(3.172)
(-) Baixa da provisão por êxito	(4.387)	(5.314)	(16)	(12)	(2.057)	(1.073)
(+/-) Alteração de estimativas ou probabilidades	(887)	694	-	-	2.667	2.793
(+/-) Atualização monetária e juros	1.524	1.318	17	19	803	516
Saldo final do exercício (a)	7.527	13.467	158	153	4.825	3.979
Saldo do DPVAT (b)	-	-	-	-	7.716	8.637
Total (a+b)	7.527	13.467	158	153	12.541	12.616

b) Probabilidade de perda das provisões judiciais em 31 de dezembro de 2018

	Não relacionadas a sinistro		Relacionadas a sinistro	
	Quantidade	Valor reclamado	Quantidade	Valor reclamado
Probabilidade de perda				
Provável	58	564	413	3.470
Possível	4.714	64.186	7.119	3.794
Remota	31	2.894	153	3
Total	4.803	67.644	7.685	7.267

Em 31 de dezembro de 2017

	Não relacionadas a sinistro		Relacionadas a sinistro	
	Quantidade	Valor reclamado	Quantidade	Valor reclamado
Probabilidade de perda				
Provável	555	1.424	3.711	43.888
Possível	5.941	79.993	9.604	4.538
Remota	39	2.419	138	10
Total	6.535	83.836	13.260	8.259

21 Outras informações: a) Seguros - A Seguradora mantém apólices de seguro multirrisco e responsabilidade civil geral, em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas em seus ativos e reparar possíveis danos pessoais e materiais causados a terceiros. **b) Participação nos lucros** - A Seguradora possui programa de participação dos empregados nos lucros, conforme disposto na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, devidamente acordado com os funcionários e sindicato da categoria, sendo o valor correspondente registrado em "obrigações a pagar", no valor de R\$ 3.951 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.402 em 31 de dezembro de 2017). **c) Derivativos e outros** - Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a Seguradora não possuía instrumentos financeiros derivativos ou títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **d) Comitê de auditoria** - Em cumprimento a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, essas demonstrações financeiras foram apresentadas ao Comitê de Auditoria em reunião em 26 de fevereiro de 2019. Tendo sido aprovadas sem ressalvas.

DIRETORIA

Emmanuel Pelege Diretor Presidente	Ricardo da Cruz Barreto Diretor Técnico Financeiro
--	--

ATUÁRIO

Nivandro Lucas S.A. Oliveira MIBA 2229
--

CONTADOR

Marcelo Lopes Prates CRC 15P 241793/O-6

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 312 de 16/06/2014, em vigor até 14 de julho de 2015, tendo sido substituída pela Resolução do CNSP nº 321 de 15/07/2015, esta por sua vez alterada pela Resolução CNSP nº 343 de 26/12/2016. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2018, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos e Riscos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo BNP Paribas, além dos representantes da administração da Companhia. No uso das suas atribuições, constatou

que não foram identificadas deficiências relevantes que colocassem em risco a efetividade das auditorias externas independentes e interna do Grupo BNP Paribas, bem como do sistema de controles internos da companhia. Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o comitê entende que os controles internos adotados asseguram a confiabilidade das informações e avalia como adequados os trabalhos realizados pela auditoria interna e externa independente, bem como com os atuários da companhia e não identificou o descumprimento da legislação aplicável, da regulamentação e das normas internas da companhia que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio. Também foi revisado pelos membros do Comitê, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras da companhia referentes a 31 de

dezembro de 2018, considerando-as adequadas quanto à observância das práticas contábeis adotadas no Brasil e da legislação aplicável e aptas para publicação ou arquivamento junto à SUSEP.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

Membros:

José Carlos Ferreira
Olivier Piquepé
María Ferrero Valderrey

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019

pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5	Guilherme Naves Valle Contador CRC 1MG070614/O-5
--	--

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da **Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.** - São Paulo - SP. Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, no montante de R\$88.301 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$144.492 mil (em 30 de junho de 2018) e R\$155.588 mil (em 31 de dezembro de 2018), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$88.301 mil, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$144.492 mil (em 30 de junho de 2018) e R\$155.588 mil (em 31 de dezembro de 2018), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia com base

em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade é restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, exceto aquelas referentes ao seguro DPVAT, no montante de R\$88.301

mil que não foi objeto de nossos exames, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, exceto pelo componente "patrimônio líquido ajustado" utilizado de R\$144.492 mil (em 30 de junho de 2018) e R\$155.588 mil (em 31 de dezembro de 2018), descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia anteriormente referidas da Companhia em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Consultores Ltda. CNPJ 02.189.924/0001-03 CIBA 45 João Batista da Costa Pinto MIBA 944
